

## **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exercício 2019**

**Elaborado pela Coordenação de Contabilidade**

**Equipe Técnica**

**Rômulo de Sousa Monteiro  
Cassiane Maria Gonçalves Seixas  
Renato Silvio de Oliveira  
Dilva Barbosa de Almeida  
Maria Jeane Rosa da Silva**

**Brasília, abril de 2020**



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Secretaria Executiva**  
**Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa**  
**Diretoria de Orçamento e Finanças**  
**Coordenação de Contabilidade**

**Notas Explicativas sobre às Demonstrações Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**4º trimestre de 2019**

**1) Contexto Operacional – Apresentação do Órgão 53000**

O Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão da Administração Direta, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 9.666 de 02 de janeiro de 2019, no qual consta a extinção dos Ministérios da Integração Nacional e do Ministério das Cidades, os quais foram transformados no MDR. Decreto este que também definiu competência ao novo Ministério para tratar sobre os seguintes temas:

- I - política nacional de desenvolvimento regional;
- II - política nacional de desenvolvimento urbano;
- III - política nacional de proteção e defesa civil;
- IV - política nacional de recursos hídricos;
- V - política nacional de segurança hídrica;
- VI - política nacional de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - política nacional de habitação;
- VIII - política nacional de saneamento;
- IX - política nacional de mobilidade urbana;
- X - formulação e gestão da política nacional de ordenamento territorial (exercida em conjunto com o Ministério da Defesa);
- XI - estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea *c* do inciso I do **caput** do art. 159 da Constituição;
- XII - estabelecimento de normas para o cumprimento dos programas de financiamento relativos ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO;
- XIII - estabelecimento de normas para o cumprimento das programações orçamentárias do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM e do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR;
- XIV - estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO;
- XV - estabelecimento de diretrizes e critérios de alocação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;

XVI - estabelecimento de metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana realizados com aplicação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

XVII - estabelecimento de diretrizes e normas relativas à política de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana;

XVIII - planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento regional, metropolitano e urbano;

XIX - planos, programas, projetos e ações de:

a) gestão de recursos hídricos; e

b) infraestrutura e garantia da segurança hídrica;

XX - planos, programas, projetos e ações de irrigação;

XXI - planos, programas, projetos e ações de proteção e defesa civil, gestão de riscos e de desastres;

XXII - planos, programas, projetos e ações de habitação, de saneamento, de mobilidade e de serviços urbanos.

Embora o Mapa estratégico esteja em construção, consta em sua apresentação a seguinte missão:

*“...desafio de integrar, numa única Pasta, as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo. Reúne iniciativas que estavam sob responsabilidade dos antigos Ministérios das Cidades (MCid) e da Integração Nacional (MI), com adaptações para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos. Será um dos maiores interlocutores do Governo Federal com os 5.570 municípios brasileiros, atuando de forma articulada com as grandes estratégias de Desenvolvimento Regional e Urbano (Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano)...”*

## **2) Declaração do Contador**

### **Declaração Sem Restrição – Órgão 53000**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, nas Unidades Gestoras:

**530002** – Orçamento e Finanças/MDR

**560009** – Programa Social de Saneamento

**560010** – CGLOG/Cidades

**560011** – CGRH/Cidades

**560012** – Projeto Habitar/BID

**560013** – Projeto PAT/PROSANEAR

**560016** – Programa PMSS/MDL

**560017** – Projeto TAL/HABITAT/BIRD

**560019** – CAIXA – Programa Nacional de Habitação Urbana/PMCMV

**560020** – CAIXA – Programa Nacional de Habitação Rural/PMCMV

**560021** – Conselho das Cidades/MCidades

### **Declaração Com Restrição – Órgão 53000**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

#### **53000** – Ministério do Desenvolvimento Regional

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Não atendimento a orientações do Órgão de Contabilidade Setorial ou Central;*
- *Falta de registro de depreciação, amortização ou exaustão do ativo imobilizado;*
- *Outros Bens Imóveis registrados em conta de Ativo Permanente superior a 10% da conta sintética;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Convênios a liberar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados;*
- *Termo de parceria a liberar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a comprovar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a aprovar com vigência expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a comprovar com data expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a liberar com data expirada;*
- *Saldo alongado em conta transitória do passivo circulante Diárias a Pagar e Devol. Convênios;*
- *Saldo invertido em conta de passivo circulante de incentivos a receber;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Termo de execução descentralizada a repassar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

Os bens imóveis são relativos a recebimento do Ministério do Meio Ambiente pela incorporação de uma unidade gestora na criação do Ministério do Desenvolvimento Regional, que ainda não foram totalmente identificados para e reclassificação.

O saldo invertido na conta de incentivos a receber é depósitos feitos pelo Ministério da Economia à Subsecretaria de Planejamento Integrado de Fundos e Incentivos Fiscais, em que cancelamentos posteriores inverteram o saldo da conta. Conforme informações da SPI, estão em andamento tratativas

para regularização junto ao Ministério da Economia.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão.

### **Declaração Com Restrição – Órgão 56902**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

#### **56902 – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social**

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

### **Declaração Sem Restrição – Órgão Superior 53000**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, nos Órgãos:

**53902** – Fundo Constitucional do Centro-Oeste

**53903** – Fundo Constitucional do Nordeste

## **Declaração Com Restrição – Órgão Superior 53000**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir, nos Órgãos relacionados:

### **20601 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Extinta)**

*- Falta de registro da conformidade contábil.*

A permanência de restrição contábil no encerramento do exercício se deu em virtude da falta de registro de conformidade contábil em Órgão Extinto e que ainda possui saldos contábeis a serem baixados no SIAFI. A regularização dos saldos contábeis desse Órgão depende de nomeação de grupo de trabalho para destinação da conta de depósitos compulsórios e a devida identificação das empresas referente à conta de Investimentos/Participações Permanentes daquele Órgão. Salientamos que o grupo técnico de inventariança não concluiu os trabalhos dentro do prazo previsto na Portaria de Designação deste Ministério. Com a nomeação de novos gestores, as perspectivas são de retomada dos trabalhos de encerramento definitivo desse Órgão.

### **22203 – Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**

- Falta de conformidade de registro de gestão;*
- Convênios a comprovar com data expirada;*
- Convênios a aprovar com data expirada;*
- Convênios a liberar com data expirada;*
- Saldo alongado em conta transitória do passivo circulante, referente a Diária a Pagar;*
- Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão, o saldo alongado em conta de Diárias a Pagar, bem como o atraso no recolhimento de tributos ocorreu por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

### **22204 – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca**

- Falta de conformidade de registro de gestão;*
- Outros Bens Imóveis registrados em conta de Ativo Permanente superior a 10% da conta sintética;*
- Controle do registro do SPIUNET pendente de ratificação pelo Gestor;*
- Convênios a aprovar com data expirada;*

- *Saldo alongado em conta transitória do passivo circulante, referente a 13º a pagar;*
- *Despesa com indenização de moradia sem contrapartida com o controle de beneficiários;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada*

Os convênios a aprovar expirados em fase de prestação de contas permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

#### **53000 – Ministério do Desenvolvimento Regional**

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Não atendimento a orientações do Órgão de Contabilidade Setorial ou Central;*
- *Falta de registro de depreciação, amortização ou exaustão do ativo imobilizado;*
- *Outros Bens Imóveis registrados em conta de Ativo Permanente superior a 10% da conta sintética;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Convênios a liberar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados;*
- *Termo de parceria a liberar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a comprovar com vigência expirada;*
- *Termo de parceria a aprovar com vigência expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a comprovar com data expirada;*
- *Acordo de cooperação técnica a liberar com data expirada;*
- *Saldo alongado em conta transitória do passivo circulante Diárias a Pagar e Devol. Convênios;*
- *Saldo invertido em conta de passivo circulante de incentivos a receber;*
- *Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;*
- *Termo de execução descentralizada a repassar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas ou de liberação permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

Os bens imóveis são relativos a recebimento do Ministério do Meio Ambiente pela incorporação de uma unidade gestora na criação do Ministério do Desenvolvimento Regional, que ainda não foram totalmente identificados para e reclassificação.

O saldo invertido na conta de incentivos a receber é depósitos feitos pelo Ministério da Economia à Subsecretaria de Planejamento Integrado de Fundos e Incentivos Fiscais, em que cancelamentos posteriores inverteram o saldo da conta. Conforme informações da SPI, estão em andamento tratativas para regularização junto ao Ministério da Economia.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão.

#### **56902 – Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social**

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Contrato de repasse a comprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a aprovar com data expirada;*
- *Contrato de repasse a liberar expirados;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

#### **53202** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Saldo alongado em conta transitória do passivo circulante, referente a Diárias;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

O saldo alongado em conta de Diária permaneceu em virtude da falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

#### **53203** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Convênios a comprovar com data expirada;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a repassar expirados.*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

#### **53207** – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*
- *Convênios a aprovar com data expirada;*
- *Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada;*

As transferências expiradas em fase de prestação de contas permanecem pendentes em virtude de escassez de pessoal técnico para evasão da quantidade de processos envolvidos a serem analisados em prazo hábil.

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

#### **53901** – Fundo Constitucional do Norte

- *Falta de conformidade de registro de gestão;*

A falta de conformidade de gestão ficou registra em virtude de perda de prazo para o registro.

#### **29205** – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre



- Falta de conformidade de registro de gestão;
- Outros Passivos circulantes de provisão registrados em 10% superior ao total da conta sintética;
- Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;
- Outros Passivos não circulantes de provisão registrados em 10% superior ao total da conta sintética;
- Saldo invertido em conta de Receita realizada;
- Saldo invertido em conta de Controle de arrecadação;
- Demais incoerência em Disponibilidade por fonte de recursos.

As restrições relativas a disponibilidade por fonte de recursos ocorre em virtude de lançamentos por nota de lançamento de receitas de provisões de valores financeiros e arrecadação antecipada com reconhecimento de receita na efetivação da prestação do serviço. Será feita gestão junto à Secretaria do Tesouro Nacional para criação de rotina apropriada para os registros.

As demais situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

#### **29214 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

- Falta de conformidade de registro de gestão;
- Não atendimento a orientações do Órgão de Contabilidade Setorial ou Central;
- Saldo invertido em ativo circulante de resgate de aplicações financeira;
- Divergência entre adiantamento de suprimento de fundos e contr. orçamentário pago;
- Falta de registro de depreciação, amortização ou exaustão do ativo imobilizado;
- Saldo alongado no passivo circulante de devolução de convênios;
- Falta ou atraso na retenção ou recolhimento de obrigações e tributos;
- Regularização indevida de valores recebidos por guia de recolhimento da União;
- Saldo invertido em conta de Receita realizada e Crédito bloqueado para remanejamento;
- Outros Despesas de pessoal registrados em 10% superior ao total da conta sintética;
- Saldo invertido em conta de Disponibilidade por fonte de recursos e Controle de arrecadação;
- Saldo alongado ou indevido em disponibilidade por fonte de recursos;
- Demais incoerência em Disponibilidade por fonte de recursos.

As situações permaneceram com restrição por falta de atendimento às orientações emitidas pela Setorial Contábil de Órgão Superior.

#### **44205 – Agência Nacional de Águas**

- Termos de execução descentralizadas a comprovar com data expirada;
- Termos de execução descentralizadas a repassar expirados.

Os termos permanecem com restrição por falta de análise e prestação de contas tempestivas.

### **3) Demonstrações Contábeis - DCON**

O objetivo das Demonstrações Contábeis das entidades do Setor Público é fornecer informações sobre a entidade, que sejam úteis aos usuários dessas informações, para propósitos de tomada de decisão ou de prestação de contas dos recursos públicos utilizados, bem como a transparência da empregabilidade desses recursos.

A Resolução 1.333, de 25/11/2008, definiu Demonstração Contábil: “a técnica contábil que evidencia,

*em período determinado, as informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio das entidades do Setor Público e suas mutações”.*

O MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição, (Art. 1º, III da Portaria nº 700, de 10 de dezembro de 2014), definiu os seguintes Demonstrativos Contábeis a serem publicados pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Comparado com os resultados trimestrais de 2018, os Demonstrativos Contábeis do Ministério do Desenvolvimento Regional evidenciaram informações fidedignas fundamentais para a promoção da transparência dos resultados alcançados no quarto trimestre de 2019, conforme anexados abaixo:

## Balço Patrimonial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTITULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
EXERCICIO 2019  
PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMISSÃO 27/01/2020  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>63.833.273.261,55</b>	<b>53.378.627.101,90</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>15.288.112.611,56</b>	<b>2.202.328.783,27</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.418.290.425,43	35.938.097.263,52	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		251.485.946,64	141.609.069,07
Créditos a Curto Prazo		17.591.558.774,07	17.315.753.686,40	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	11	4.776.032,86	-
Clientes		86.454.638,09	65.734.684,37	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		174.297.773,36	116.299.601,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		18.507.407.956,76	18.149.659.085,67	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		338.215,77	78.920,22
Divida Ativa Não Tributária	01	16.798.018,86	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-1.019.101.839,64	-899.640.083,64	Provisões a Curto Prazo	12	3.219.044.944,85	442,43
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	7.749.272.344,10	122.031.200,84	Demais Obrigações a Curto Prazo	13	11.638.169.698,08	1.944.340.750,55
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		43.536,82	149.400,68				
Estoques	03	73.547.710,71	2.400.154,66				
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-				
VPDs Pagas Antecipadamente	04	560.470,42	195.395,80				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>142.491.930.567,00</b>	<b>121.961.207.018,67</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>520.876.421,24</b>	<b>190.506.208,04</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		122.621.409.661,33	107.415.296.181,38	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		38.034.469,38	37.354.136,98
Créditos a Longo Prazo		121.339.573.827,25	106.662.295.488,16	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	14	225.552.918,79	-
Clientes		2.109.680,35	3.648.559,84	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	15	1.679.024,40	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		122.422.911.613,34	107.285.693.858,46	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	16	22.101.739,38	3.605.000,00
Divida Ativa Não Tributária		39.134.318,42	23.595.334,69	Provisões a Longo Prazo		187.876.613,00	149.420.985,21

(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo		-1.124.581.784,86	-650.642.264,83	Demais Obrigações a Longo Prazo	17	43.731.657,04	126.085,85
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	05	974.058.877,19	445.287.167,23	Resultado Diferido	18	1.899.999,25	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		307.776.956,89	307.713.525,99	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>15.808.989.032,80</b>	<b>2.392.834.991,31</b>
Estoques		-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Investimentos</b>		<b>21.891.421,84</b>	<b>21.960.245,30</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>			
Participações Permanentes		21.868.726,30	21.960.245,30	<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	19	<b>11.664.392.626,51</b>	<b>2.625.014.957,73</b>
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial		17.051.543,14	18.883.119,33	<b>Aduantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</b>		<b>581.383.549,73</b>	<b>427.087.359,55</b>
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	06	4.817.183,16	3.077.125,97	<b>Reservas de Capital</b>	20	<b>2.266.923,14</b>	-
Propriedades para Investimento		-	-	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	21	<b>35.905.204,38</b>	-
Propriedades para Investimento		-	-	<b>Reservas de Lucros</b>		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	<b>Demais Reservas</b>	22	<b>2.695.992,14</b>	<b>195.560,24</b>
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	<b>Resultados Acumulados</b>		<b>178.229.570.499,85</b>	<b>169.894.701.251,74</b>
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	Resultado do Exercício		13.282.640.745,42	14.495.258.491,70
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores		164.796.806.925,32	154.923.262.104,60
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	23	150.122.829,11	476.180.655,44
Demais Investimentos Permanentes		22.695,54	-	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>		-	-
Demais Investimentos Permanentes		22.695,54	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>190.516.214.795,75</b>	<b>172.946.999.129,26</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
<b>Imobilizado</b>		<b>19.724.694.115,22</b>	<b>14.440.017.048,70</b>				
Bens Móveis		2.008.501.764,10	400.477.708,64				
Bens Móveis	07	2.936.859.667,72	488.854.441,01				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-928.192.936,06	-88.280.951,44				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-164.967,56	-95.780,93				
Bens Imóveis		17.716.192.351,12	14.039.539.340,06				
Bens Imóveis		20.137.497.664,36	14.091.331.803,07				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.215.113.871,48	-51.792.463,01				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	08	-1.206.191.441,76	-				
<b>Intangível</b>		<b>123.241.571,12</b>	<b>83.933.543,29</b>				
Softwares		103.664.193,72	69.919.126,07				
Softwares		113.833.995,52	70.480.589,51				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-10.169.801,80	-561.463,44				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	09	7.004.937,83	2.889.091,62				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		8.066.729,76	2.889.091,62				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-1.061.791,93	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		12.572.439,57	11.125.325,60				
Direitos de Uso de Imóveis		12.572.439,57	11.125.325,60				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				

(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis							
<b>Diferido</b>	<b>10</b>	<b>693.797,49</b>	-				
Diferido		255.028.533,21					
(-) Amortização Acumulada		-254.334.735,72					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>206.325.203.828,55</b>	<b>175.339.834.120,57</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>206.325.203.828,55</b>	<b>175.339.834.120,57</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2019	2018	ESPECIFICAÇÃO		2019	2018
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>38.935.820.107,88</b>	<b>35.975.957.485,57</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>23.294.524.979,13</b>	<b>11.675.284.670,11</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>		<b>167.389.383.720,67</b>	<b>139.363.876.635,00</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>		<b>6.223.852.082,70</b>	<b>294.970.808,63</b>
				<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>176.806.826.766,72</b>	<b>163.369.578.641,83</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>3.160.542.217,16</b>	<b>1.768.993.633,07</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>28.799.007.954,35</b>	<b>12.091.789.525,18</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.160.542.217,16	1.768.993.633,07	Execução dos Atos Potenciais Passivos	28.799.007.954,35	12.091.789.525,18
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	145.473.634,71	85.281.742,80	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	2.756.283.700,98	1.682.780.178,24	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	24.996.919.305,78	9.322.013.976,54
Direitos Contratuais a Executar	258.784.881,47	931.712,03	Obrigações Contratuais a Executar	3.802.088.648,57	2.769.775.548,64
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.160.542.217,16</b>	<b>1.768.993.633,07</b>	<b>TOTAL</b>	<b>28.799.007.954,35</b>	<b>12.091.789.525,18</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-14.694.036.309,79</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>30.335.331.438,54</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-37.407.915,75
Previdência Social (RPPS)	148.949,89
Receitas Financeiras	-4.176.998.272,35
Operação de Crédito	-1.175.057.999,25
Alienação de Bens e Direitos	9.969.390,59
Transferências Constitucionais e Legais	-462.087.666,21

Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.034.116.759,79
Outros Recursos Vinculados	30.142.648.191,83
<b>TOTAL</b>	<b>15.641.295.128,75</b>

## Demonstrações das Variações Patrimoniais



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTITULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
 ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 EXERCICIO 2019  
 PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
 EMISSÃO 20/01/2020  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	No- tas	2019	2018
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>91.253.915.415,34</b>	<b>51.802.724.684,35</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
<b>Contribuições</b>		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>510.122.643,00</b>	<b>34.642.963,12</b>
Venda de Mercadorias		54.907,00	58.028,50
Vendas de Produtos		4.113,00	2.529,90
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		510.063.623,00	34.582.404,72
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>27</b>	<b>10.811.687.206,05</b>	<b>10.021.952.434,41</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		9.810.395.631,08	9.704.118.441,78
Juros e Encargos de Mora		361.891.773,98	1.600.211,85
Variações Monetárias e Cambiais		66.239.832,63	1.264.994,33

Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		554.907.657,87	296.417.911,90
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		18.252.310,49	18.550.874,55
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>25</b>	<b>64.592.514.096,49</b>	<b>40.331.038.811,56</b>
Transferências Intragovernamentais		64.484.509.871,11	40.311.435.883,44
Transferências Intergovernamentais		25.449.833,45	16.399.552,63
Transferências das Instituições Privadas		258.738,85	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		82.295.653,08	3.203.375,49
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>26</b>	<b>13.227.321.412,66</b>	<b>797.717.371,42</b>
Reavaliação de Ativos		397.887.098,71	113.448.849,97
Ganhos com Alienação		1.964.604,75	3.336.327,52
Ganhos com Incorporação de Ativos		8.798.013.028,18	666.190.567,77
Ganhos com Desincorporação de Passivos		4.029.456.681,02	14.741.626,16
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>2.112.270.057,14</b>	<b>617.373.103,84</b>
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	901.865,10
Resultado Positivo de Participações		289.657,93	814.921,79
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		1.439.139.161,72	414.566.973,09
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		672.841.237,49	201.089.343,86
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>77.971.274.669,92</b>	<b>37.307.466.192,65</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>1.934.128.679,59</b>	<b>811.863.788,12</b>
Remuneração a Pessoal		1.528.445.115,68	571.023.376,83
Encargos Patronais		306.046.631,99	211.363.105,19
Benefícios a Pessoal		53.249.032,02	25.721.913,32
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		46.387.899,90	3.755.392,78
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>592.934.176,10</b>	<b>572.705.459,89</b>
Aposentadorias e Reformas		290.640.430,80	277.658.912,14
Pensões		298.726.191,44	291.200.072,56
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.567.553,86	3.846.475,19
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>1.254.887.912,79</b>	<b>499.115.098,16</b>
Uso de Material de Consumo		40.869.698,09	30.052.404,90
Serviços		940.961.914,51	433.843.960,93
Depreciação, Amortização e Exaustão		273.056.300,19	35.218.732,33
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>30</b>	<b>8.303.910.969,49</b>	<b>6.403.056.402,10</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		10.834.631,21	-
Juros e Encargos de Mora		843.812.060,95	440.293,17
Variações Monetárias e Cambiais		136.362.662,34	21.794.085,72
Descontos Financeiros Concedidos		74.836,16	60.382,73

Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.312.826.778,83	6.380.761.640,48
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>28</b>	<b>47.825.899.897,19</b>	<b>25.409.289.405,54</b>
Transferências Intragovernamentais		36.509.439.160,65	23.366.157.169,84
Transferências Intergovernamentais		11.040.757.353,93	1.854.741.983,79
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		3.844.212,70	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		271.859.169,91	188.390.251,91
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>29</b>	<b>13.289.003.265,11</b>	<b>3.574.344.716,42</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		5.006.465.732,03	3.311.969.504,44
Perdas com Alienação		743,76	-
Perdas Involuntárias		2.714.328,99	62.005,81
Incorporação de Passivos		5.835.628.620,97	5.352,95
Desincorporação de Ativos		2.444.193.839,36	262.307.853,22
<b>Tributárias</b>		<b>15.472.511,22</b>	<b>2.395.044,74</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.653.082,07	1.970.605,68
Contribuições		4.819.429,15	424.439,06
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>4.755.037.258,43</b>	<b>34.696.277,68</b>
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		1.318.663,67	266.867,50
Subvenções Econômicas		1.362.780.453,84	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		3.153.937.533,01	29.428.213,58
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		237.000.607,91	5.001.196,60
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>24</b>	<b>13.282.640.745,42</b>	<b>14.495.258.491,70</b>



# Balanço Orçamentário



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
EXERCÍCIO 2019  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMISSÃO 20/01/2020  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>31</b>	<b>14.280.219.232,00</b>	<b>14.280.219.232,00</b>	<b>1.357.495.048,42</b>	<b>-12.922.724.183,58</b>
<b>Receitas Tributárias</b>		<b>13.137.486.470,00</b>	<b>13.137.486.470,00</b>	-	<b>-13.137.486.470,00</b>
Impostos		13.137.486.470,00	13.137.486.470,00	-	-13.137.486.470,00
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>670.507.464,00</b>	<b>670.507.464,00</b>	<b>832.245.084,62</b>	<b>161.737.620,62</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		14.940.582,00	14.940.582,00	13.077.532,68	-1.863.049,32
Valores Mobiliários		373.850.624,00	373.850.624,00	542.248.841,32	168.398.217,32
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		281.716.258,00	281.716.258,00	276.918.710,62	-4.797.547,38
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>		<b>67.897,00</b>	<b>67.897,00</b>	<b>54.907,00</b>	<b>-12.990,00</b>
<b>Receita Industrial</b>		<b>3.708,00</b>	<b>3.708,00</b>	<b>4.113,00</b>	<b>405,00</b>
<b>Receitas de Serviços</b>		<b>468.821.321,00</b>	<b>468.821.321,00</b>	<b>502.536.459,75</b>	<b>33.715.138,75</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		13.704.744,00	13.704.744,00	11.010.550,64	-2.694.193,36
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		342.974.569,00	342.974.569,00	375.687.911,96	32.713.342,96
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		112.142.008,00	112.142.008,00	115.814.581,65	3.672.573,65
Outros Serviços		-	-	23.415,50	23.415,50

Transferências Correntes		695.200,00	695.200,00	258.738,85	-436.461,15
Outras Receitas Correntes		2.637.172,00	2.637.172,00	22.395.745,20	19.758.573,20
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		806.250,00	806.250,00	1.941.701,84	1.135.451,84
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.812.773,00	1.812.773,00	18.962.875,24	17.150.102,24
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		18.149,00	18.149,00	1.491.168,12	1.473.019,12
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>32</b>	<b>901.868.691,00</b>	<b>901.868.691,00</b>	<b>936.679.347,07</b>	<b>34.810.656,07</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>4.500.000,00</b>	<b>4.500.000,00</b>	-	<b>-4.500.000,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		4.500.000,00	4.500.000,00	-	-4.500.000,00
<b>Alienação de Bens</b>		<b>7.458.524,00</b>	<b>7.458.524,00</b>	<b>14.679.123,38</b>	<b>7.220.599,38</b>
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		7.458.524,00	7.458.524,00	14.679.123,38	7.220.599,38
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>		<b>889.910.167,00</b>	<b>889.910.167,00</b>	<b>922.000.223,69</b>	<b>32.090.056,69</b>
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>15.182.087.923,00</b>	<b>15.182.087.923,00</b>	<b>2.294.174.395,49</b>	<b>-12.887.913.527,51</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Mobiliária</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contratual</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Mobiliária</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Contratual</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>15.182.087.923,00</b>	<b>15.182.087.923,00</b>	<b>2.294.174.395,49</b>	<b>-12.887.913.527,51</b>
<b>DEFICIT</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.228.679.264,11</b>	<b>30.228.679.264,11</b>
<b>TOTAL</b>		<b>15.182.087.923,00</b>	<b>15.182.087.923,00</b>	<b>32.522.853.659,60</b>	<b>17.340.765.736,60</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>		<b>-</b>	<b>1.280.317,00</b>	<b>1.280.317,00</b>	<b>-</b>
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	1.280.317,00	1.280.317,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>33</b>	<b>6.503.381.899,00</b>	<b>6.011.257.477,00</b>	<b>5.080.098.053,14</b>	<b>4.716.460.394,78</b>	<b>4.510.738.114,08</b>	<b>931.159.423,86</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>2.572.055.680,00</b>	<b>2.590.552.589,00</b>	<b>2.452.871.179,16</b>	<b>2.438.136.516,35</b>	<b>2.270.276.243,55</b>	<b>137.681.409,84</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>10.826.816,00</b>	<b>12.107.133,00</b>	<b>11.583.821,00</b>	<b>11.583.821,00</b>	<b>11.583.821,00</b>	<b>523.312,00</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>		<b>3.920.499.403,00</b>	<b>3.408.597.755,00</b>	<b>2.615.643.052,98</b>	<b>2.266.740.057,43</b>	<b>2.228.878.049,53</b>	<b>792.954.702,02</b>

DESPESAS DE CAPITAL	34	22.513.923.357,00	27.772.571.292,00	27.442.755.606,46	18.848.356.131,30	18.809.607.480,38	329.815.685,54
Investimentos		5.517.966.618,00	9.408.593.370,00	9.090.513.430,46	2.154.206.708,51	2.115.458.057,59	318.079.939,54
Inversões Financeiras		16.995.956.739,00	18.363.977.922,00	18.352.242.176,00	16.694.149.422,79	16.694.149.422,79	11.735.746,00
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	35	108.251.317,00	108.251.317,00	-	-	-	108.251.317,00
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>29.125.556.573,00</b>	<b>33.892.080.086,00</b>	<b>32.522.853.659,60</b>	<b>23.564.816.526,08</b>	<b>23.320.345.594,46</b>	<b>1.369.226.426,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>							
<b>Amortização da Dívida Interna</b>		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>29.125.556.573,00</b>	<b>33.892.080.086,00</b>	<b>32.522.853.659,60</b>	<b>23.564.816.526,08</b>	<b>23.320.345.594,46</b>	<b>1.369.226.426,40</b>
<b>TOTAL</b>		<b>29.125.556.573,00</b>	<b>33.892.080.086,00</b>	<b>32.522.853.659,60</b>	<b>23.564.816.526,08</b>	<b>23.320.345.594,46</b>	<b>1.369.226.426,40</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		378.568.804,23	501.263.241,74	630.998.035,76	436.726.203,86	106.409.824,49	336.696.017,62
Pessoal e Encargos Sociais		3.547.520,42	33.643.335,06	14.857.591,53	14.857.591,53	15.310.440,21	7.022.823,74
Juros e Encargos da Dívida		-	1.078.943,55	-	-	-	1.078.943,55
Outras Despesas Correntes		375.021.283,81	466.540.963,13	616.140.444,23	421.868.612,33	91.099.384,28	328.594.250,33
DESPESAS DE CAPITAL	37	14.142.948.958,07	6.709.915.531,12	12.748.950.470,96	5.078.878.914,73	3.493.842.779,07	12.280.142.795,39
Investimentos		11.764.843.095,22	5.854.655.615,59	10.582.629.148,63	4.413.967.213,77	2.572.284.601,70	10.633.246.895,34
Inversões Financeiras		2.378.105.862,85	855.259.915,53	2.166.321.322,33	664.911.700,96	921.558.177,37	1.646.895.900,05
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>14.521.517.762,30</b>	<b>7.211.178.772,86</b>	<b>13.379.948.506,72</b>	<b>5.515.605.118,59</b>	<b>3.600.252.603,56</b>	<b>12.616.838.813,01</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		40.066.452,36	183.514.836,30	177.091.855,66	9.045.131,43	37.444.301,57
Pessoal e Encargos Sociais		10.278.098,25	145.416.772,18	143.844.997,50	49.165,50	11.800.707,43
Juros e Encargos da Dívida		778.101,46	-	-	-	778.101,46
Outras Despesas Correntes		29.010.252,65	38.098.064,12	33.246.858,16	8.995.965,93	24.865.492,68
DESPESAS DE CAPITAL	36	1.255.422.696,80	720.553.483,72	408.880.959,95	149.057.340,02	1.418.037.880,55
Investimentos		818.003.368,42	424.363.750,47	377.930.296,27	149.057.340,02	715.379.482,60
Inversões Financeiras		437.419.328,38	296.189.733,25	30.950.663,68	-	702.658.397,95
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.295.489.149,16</b>	<b>904.068.320,02</b>	<b>585.972.815,61</b>	<b>158.102.471,45</b>	<b>1.455.482.182,12</b>

## Balço Financeiro



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
 ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 EXERCÍCIO 2019  
 PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
 EMISSÃO 27/01/2020  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS				DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>39</b>	<b>2.294.174.395,49</b>	<b>1.271.649.348,02</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>32.522.853.659,60</b>	<b>19.111.107.248,14</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>13.748.230.175,01</b>	<b>5.077.985.428,65</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>2.587.552.600,88</b>	<b>1.273.440.039,91</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>18.774.623.484,59</b>	<b>14.033.121.819,49</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	487.484.365,90	
Receitas Financeiras		5.087.997,40		Previdência Social (RPPS)	117.791.883,68	61.887.467,93
Operação de Crédito		2.099.998,00		Receitas Financeiras	2.592.091.221,71	538.387.291,56
Alienação de Bens e Direitos		15.087.486,89	7.553.288,05	Operação de Crédito	16.855.369,50	487.801.892,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.562.158.001,82	1.260.421.099,69	Alienação de Bens e Direitos	7.435.520,04	2.389.688,44
Outros Recursos Vinculados		2.078.226,37	5.465.652,17	Transferências Constitucionais e Legais	13.727.052.425,00	12.361.132.205,00
Recursos a Classificar		1.040.890,40	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.821.303.598,76	581.423.290,40
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>-293.378.205,39</b>	<b>-1.790.691,89</b>	Outros Recursos Vinculados a Fundos		99.984,00
				Outros Recursos Vinculados	4.609.100,00	
				Recursos a Classificar		-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>40</b>	<b>63.766.144.812,64</b>	<b>40.289.933.273,68</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>35.356.240.118,81</b>	<b>22.911.086.224,12</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		48.825.886.633,28	32.876.125.412,70	Resultantes da Execução Orçamentária	26.463.462.206,26	18.149.468.601,46
Cota Recebida		23.103.290.931,87	15.700.832.564,80	Repasso Concedido	17.247.334.902,38	14.475.087.321,84
Repasso Recebido		16.584.313.821,16	13.776.527.810,96	Sub-repasso Concedido	9.133.196.175,17	3.393.453.775,40
Sub-repasso Recebido		9.133.196.175,17	3.393.453.775,40	Cota Devolvida	77.596.869,65	275.616.242,68
Repasso Devolvido		4.380.808,39	3.755.630,77	Repasso Devolvido	4.629.362,37	3.755.630,77

Sub-repasse Devolvido		704.896,69	1.555.630,77	Sub-repasse Devolvido		704.896,69	1.555.630,77
Independentes da Execução Orçamentária		14.940.258.179,36	7.413.807.860,98	Independentes da Execução Orçamentária		8.892.777.912,55	4.761.617.622,66
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		14.271.907.335,02	6.898.325.568,39	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		7.634.115.201,01	4.125.088.267,12
Demais Transferências Recebidas		21.163.680,10	150.626.128,43	Demais Transferências Concedidas		11.381.310,42	152.306.313,79
Movimentação de Saldos Patrimoniais		642.419.105,78	364.856.164,16	Movimento de Saldos Patrimoniais		1.246.168.712,29	484.223.041,75
Movimentações para Incorporação de Saldos		4.768.058,46		Movimentações para Incorporação de Saldos		1.112.688,83	
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>41</b>	<b>16.889.594.172,55</b>	<b>12.082.014.278,32</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>14.497.743.710,07</b>	<b>9.194.840.067,92</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		244.470.931,62	268.593.486,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		585.972.815,61	352.753.400,21
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		8.958.037.133,52	3.914.495.665,89	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.515.605.118,59	2.615.662.357,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.370.251.317,94	6.379.435.920,86	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.523.833.990,35	6.197.927.489,34
Outros Recebimentos Extraorçamentários		316.834.789,47	1.519.489.205,57	Outros Pagamentos Extraorçamentários		872.331.785,52	28.496.820,67
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		10.179,53		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			7.785,41
Restituições a Pagar			763.902,00	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		1.177.455,65	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		279,13		Valores Compensados			10.202,41
Arrecadação de Outra Unidade		315.732.726,47	114.347.002,09	Valores em Trânsito			28.478.832,85
Valores para Compensação		309.282,34		Demais Pagamentos		871.154.329,87	
Valores em Trânsito		782.322,00					
Demais Recebimentos			1.404.378.301,48				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>37.845.214.533,23</b>	<b>33.511.533.903,68</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>38.418.290.425,43</b>	<b>35.938.097.263,52</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		37.845.214.533,23	33.511.533.903,68	Caixa e Equivalentes de Caixa		38.418.290.425,43	35.938.097.263,52
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>120.795.127.913,91</b>	<b>87.155.130.803,70</b>	<b>TOTAL</b>		<b>120.795.127.913,91</b>	<b>87.155.130.803,70</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
EXERCÍCIO 2019  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMIÇÃO 20/01/2020  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	N. E.	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>43</b>	<b>18.990.813.209,84</b>	<b>15.973.927.082,92</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>72.810.715.788,94</b>	<b>48.538.937.289,55</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>1.357.236.309,57</b>	<b>350.078.889,44</b>
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		290.285.901,23	2.097.241,49
Receita Agropecuária		54.907,00	58.028,50
Receita Industrial		4.113,00	2.529,90
Receita de Serviços		502.536.459,75	47.593.686,29
Remuneração das Disponibilidades		541.959.183,39	296.417.282,12
Outras Receitas Derivadas e Originárias		22.395.745,20	3.910.121,14
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		<b>258.738,85</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		258.738,85	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>71.453.220.740,52</b>	<b>48.188.858.400,11</b>
Ingressos Extraorçamentários		7.370.251.317,94	6.379.435.920,86
Restituições a Pagar		-	763.902,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		279,13	-
Transferências Financeiras Recebidas		63.766.144.812,64	40.289.933.273,68
Arrecadação de Outra Unidade		315.732.726,47	114.347.002,09
Valores para Compensação		309.282,34	-
Valores em Trânsito		782.322,00	-
Demais Recebimentos		-	1.404.378.301,48
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-53.819.902.579,10</b>	<b>-32.565.010.206,63</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-4.695.739.553,14</b>	<b>-1.565.625.636,08</b>
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-356.198,06	-
Administração		-903.101.859,27	-831.029.170,31
Defesa Nacional		-685.874,11	-
Segurança Pública		-26.471.588,92	-47.963.941,60
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-579.152.615,09	-516.464.049,17
Saúde		-26.715,01	-100.698,00
Trabalho		-285.226,93	-87.226,50
Educação		-190.032,10	-500.691,08
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-1.152.652.194,94	-554.044,82
Habituação		-16.378.711,98	-
Saneamento		-32.616,46	-
Gestão Ambiental		-258.256.589,60	-24.977.718,94
Ciência e Tecnologia		-4.408.597,98	-2.091.437,65

Agricultura		-82.940.546,90	-102.355.476,04
Organização Agrária		-	-
Indústria		-331.794,20	-358.724,51
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-3.082.002,38	-200.272,99
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-1.667.396.568,74	-38.934.399,06
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		10.179,53	-7.785,41
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>-11.583.821,00</b>	<b>-</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-11.128.814,58	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-455.006,42	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-5.360.173.310,28</b>	<b>-1.861.881.821,83</b>
Intergovernamentais		-5.063.880.626,33	-1.683.825.696,37
A Estados e/ou Distrito Federal		-1.839.430.538,00	-706.615.393,00
A Municípios		-3.224.450.088,33	-977.210.303,37
Intragovernamentais		-201.613.850,39	-148.795.924,27
Outras Transferências Concedidas		-94.678.833,56	-29.260.201,19
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-43.752.405.894,68</b>	<b>-29.137.502.748,72</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-7.523.833.990,35	-6.197.927.489,34
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-1.177.455,65	-
Transferências Financeiras Concedidas		-35.356.240.118,81	-22.911.086.224,12
Valores Compensados		-	-10.202,41
Valores em Trânsito		-	-28.478.832,85
Demais Pagamentos		-871.154.329,87	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>44</b>	<b>-18.417.737.317,64</b>	<b>-13.547.363.723,08</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>936.679.347,07</b>	<b>921.570.458,58</b>
Alienação de Bens		14.679.123,38	7.419.024,01
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		922.000.223,69	914.151.434,57
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-19.354.416.664,71</b>	<b>-14.468.934.181,66</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.642.361.268,79	-1.456.116.325,21
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-13.960.827.123,43	-12.716.849.304,21
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.751.228.272,49	-295.968.552,24
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-

Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42	573.075.892,20	2.426.563.359,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		37.845.214.533,23	33.511.533.903,68
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		38.418.290.425,43	35.938.097.263,52

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
 ORGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 EXERCÍCIO 2019  
 PERÍODO DEZ(Encerrado)  
 EMISSÃO 27/01/2020  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	N.E.	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018		2.208.056.411,57	480.247.497,84	-	-	197.535,92	152.394.330.475,27	-	-	155.082.831.920,60
Varição Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		2.476.221.792,14	156.194.303,87	-	-	-	475.068.548,66	-	-	3.107.484.644,67
Aumento/Redução de Capital		-2.059.263.245,98	-209.354.442,16	-	-	-	2.528.929.653,65	-	-	260.311.965,51
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-1.975,68	1.114.082,46	-	-	1.112.106,78
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	14.495.258.491,70	-	-	14.495.258.491,70
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018		2.625.014.957,73	427.087.359,55	-	-	195.560,24	169.894.701.251,74	-	-	172.946.999.129,26

Especificação	N.E.	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
---------------	------	----------------------------	---	--------------------	--------------------	-----------------	-----------------------	----------------------------------	---------------------------	-------



Saldo Inicial do Exercício 2019		9.702.549.452,38	437.871.103,32	2.266.923,14	-	3.357.357,06	164.813.857.329,42	38.623.189,76	-	174.998.525.355,08
Varição Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	46	341.138.979,06	44.534.486,36	-	-	-	-8.538.025.127,56	-	-	-8.152.351.662,14
Aumento/Redução de Capital	47	1.620.704.195,07	98.977.960,05	-	-	-	-	-	-	1.719.682.155,12
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-661.364,92	94.553.207,24	-	-	93.891.842,32
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	588.189,97	-2.717.985,38	-	-2.129.795,41
Resultado do Exercício	48	-	-	-	-	-	13.162.245.766,24	-	-	13.162.245.766,24
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	8.653.233.559,18	-	-	8.653.233.559,18
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019		11.664.392.626,51	581.383.549,73	2.266.923,14	-	2.695.992,14	178.186.452.924,49	35.905.204,38	-	190.473.097.220,39

### **3.1) Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis – DCON do Ministério do Desenvolvimento Regional foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangeram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 7ª edição) e o Manual SIAFI.

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Órgão Superior, ou seja, englobaram as contas do Ministério, no que se refere à execução de suas unidades gestoras, as contas dos Órgãos e entidades vinculadas e também dos Fundos Regionais e Fundos Constitucionais, a saber: CODEVASF; DNOCS; ANA; SUDECO (FDCO); SUDENE (FDNE); SUDAM (FDA); TRENSURB; CBTU; FNHIS; FNO; FCO e FNE.

Na consolidação das demonstrações contábeis do MDR não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas em nível do Balanço Geral da União. Entretanto estas demonstrações contábeis consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, órgãos e entidades, em nível de Órgão Superior.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);  
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);  
Balanço Orçamentário (BO);  
Balanço Financeiro (BF);  
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);  
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única da União, prática adotada por este Órgão.

### **3.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis aplicadas ao Setor Público**

A seguir, serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, seguidos por este Ministério, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras** - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis.

- **Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo, e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- **Depósitos Restituíveis** - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- **Créditos a curto prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos tributários; (II) créditos não tributários; (III) dívida ativa; (IV) transferências concedidas; (V) empréstimos e financiamentos concedidos; (VI) adiantamentos; e (VII) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques** – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos tributários; (II) créditos não tributários; (III) dívida ativa; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) investimentos temporários; e (VI) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- **Ajuste para Perdas da Dívida Ativa** – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, e houve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade;
- **Investimentos** – São compostos por: (I) participações permanentes; (II) propriedades para investimento; e (III) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data apresentada nas demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*),

fruto de avaliações periódicas.

- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet** - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- **Reavaliação, redução ao valor recuperável** – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.
- **Empréstimos e financiamentos** - Compreendem as obrigações financeiras, internas e

externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

- **Provisões** – As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e (VI) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e, é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data apresentada nas demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- **Benefícios a empregados** - Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.
- **Ativos e Passivos Contingentes** – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
  - I. **Resultado Patrimonial** - na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
  - II. **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
  - III. **No Balanço Financeiro** ou na **Demonstração do Fluxo de Caixa** é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

#### **4) Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais**

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos

contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

No contexto da União ficaram definidos os prazos apresentados no quadro abaixo, seguido por este Ministério e demais Órgãos da União. Demonstrado a situação que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo União	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <b>créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições</b> (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2017	Implantado
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação <b>dos créditos previdenciários</b> , bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2018	Implantado
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação <b>dos demais créditos</b> a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Imediato	Implantado
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	Imediato	Implantado
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <b>provisões por competência</b>	2018	Implantado
PCP 6 - Evidenciação de <b>ativos e passivos contingentes</b> em contas de controle e em notas explicativas	2018	Implantado
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <b>bens móveis e imóveis</b> ; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	Imediato	Implantado
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação <b>dos bens de infraestrutura</b> ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <b>bens do patrimônio cultural</b> ; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2021	Não iniciado
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes <b>de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.</b>	Imediato	Implantado

PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <b>benefícios a empregados</b> (ex: 13º salário, férias, etc).	Imediato	Implantado
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da <b>provisão atuarial</b> do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <b>obrigações com fornecedores por competência.</b>	Imediato	Implantado
PCP 14 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das <b>demais obrigações por competência.</b>	A definir	Implantado
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação <b>de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis</b> e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2019	Em andamento
PCP 16 - <b>Outros ativos intangíveis</b> e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A definir	Em andamento
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <b>investimentos permanentes</b> , e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. União	Imediato	Implantado
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos <b>estoques.</b>	2019	Implantado
PCP 19 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação <b>dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP</b> (a partir de 01/01/2021).	A definir	

## 5) Notas Explicativas aos Itens das Demonstrações Contábeis

### BALANÇO PATRIMONIAL

#### Nota 01 – Dívida Ativa Não Tributária - Créditos a Curto Prazo

A conta de **Dívida Ativa Não Tributária** do grupo *Crédito a Curto Prazo - Ativo Circulante*, apresentou um acréscimo de 100 % em relação ao exercício de 2018, evidenciando uma variação absoluta aumentativa de R\$ 16.798.018,86. Os acréscimos foram registrados na Agência Nacional de Águas – ANA, e referem-se aos registros de valores dos créditos de dívida ativa não tributária inscritos de credores diversos.

#### Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O grupo **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Ativo Circulante**, apontou um acréscimo de 6.250 % no quarto trimestre de 2019, demonstrando assim, uma variação absoluta positiva de R\$ 7.627.241.143,26. O acréscimo refere-se à contabilização de valores relativos a

adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED. Desta forma, as UG's: 530012 (Secretaria Nacional de Defesa Civil) e 530023 (Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano) foram as responsáveis pelo maior percentual de aumento do grupo de contas.

### **Nota 03 – Estoques**

A conta de *Materiais de Consumo* no grupo *Estoques*, apresentou um acréscimo de 2.964% em relação ao exercício de 2018, demonstrando assim uma variação absoluta positiva de R\$ 71.147.556,05. O acréscimo refere-se à contabilização de valores dos materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifados; onde o maior percentual de acréscimo foi registrado nas empresas 275060 – Empresas de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB e Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

### **Nota 04 – VPDs Pagas Antecipadamente**

A conta de *Assinaturas e Anuidades a Apropriar* no grupo *Variações Patrimonial Diminutiva Pagas Antecipadamente*, apontou um acréscimo de 186% no quarto trimestre de 2019, demonstrando assim uma variação absoluta positiva de R\$ 365.074,62. O acréscimo refere-se ao registro de valores pagos a título de assinaturas e anuidades referentes a Empresas de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB.

### **Nota 05 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo**

O grupo *Demais Créditos e Valores a Longo Prazo* – Ativo Não Circulante, apontou um acréscimo de 118,75,% no quarto trimestre de 2019, demonstrando assim uma variação absoluta positiva de R\$ 528.771.709,96. O percentual de maior acréscimo refere-se à contabilização de valores a receber por demais transações, com vencimentos a longo prazo, relativos depósitos e cauções efetuados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

### **Nota 06 – Participações Avaliadas pelo Método de Custo**

A variação absoluta aumentativa no quarto trimestre de 2019, no montante de R\$ 1.740.057,19, na conta de **Participações Avaliadas pelo Método de Custo – Investimentos**, refere-se a lançamentos participação permanentes da DNOCS e SUDAM em empresas da forma de ações ou cotas, avaliadas pelo método de custo.

### **Nota 07 – Bens Móveis**

O grupo de contas de *Bens Móveis do grupo Imobilizado*, apresentou um acréscimo de 500% em relação ao exercício de 2018, evidenciando uma variação absoluta aumentativa de R\$ 2.448.005.226,71. Desta forma, o maior percentual de acréscimo foi registrado na Empresas de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB, Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e Agência Nacional de Águas - ANA e referem-se aquisição ou incorporação de bens corpóreos.

### **Nota 08 – Bens Imóveis**

O grupo de contas de Bens Imóveis, apresentou um decréscimo de 100% em relação ao exercício de 2018, apresentando uma variação absoluta diminutiva de R\$ 1.206.191.441,76.



O registro refere-se a Provisão de Perdas a Valor Recuperável reconhecidos na Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

#### **Nota 09 – Marcas, Direitos e Patentes Industriais**

No Imobilizado, na conta de *Marcas, Direitos e Patentes Industriais*, apresentou um acréscimo de 179,21% em relação ao exercício de 2018, evidenciando uma variação absoluta aumentativa de R\$ 5.177.638,14. O maior percentual de acréscimo foi registrado na Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

#### **Nota 10 – Diferido**

A conta de *Diferido* do grupo *Imobilizado*, apresentou um acréscimo de 100,00% em relação ao exercício de 2018, evidenciando uma variação absoluta aumentativa de R\$ 693,797,49. O maior percentual de acréscimo foi registrado na Companhia Brasileira de Trens Urbanos e refere-se a Despesas Pré-Operacionais da Unidade.

#### **Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**

A variação absoluta aumentativa de R\$ 4.776.032,86 no grupo de *Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo*, representa uma variação positiva de 100%. Dessa forma, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi o responsável pelo acréscimo em função do registro de valores decorrentes de contratos de empréstimos no terceiro trimestre de 2019.

#### **Nota 12 – Provisões a Curto Prazo**

O grupo *Provisões a Curto Prazo* apresentaram uma variação absoluta aumentativa de R\$ 3.219.044.502,42 em decorrência do registro das provisões constituídas visando o pagamento de indenizações trabalhistas referentes a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

#### **Nota 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo**

Em *Demais Obrigações a Curto Prazo* apresentaram um acréscimo em seus saldos de 498,5% em relação ao exercício de 2018, totalizando R\$ 9.693.828.947,53 de variação absoluta aumentativa em decorrência do registro de apropriação de passivo decorrente de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED. Desta forma, os aumentos foram registrados na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS. Além disso, houve aumento nos registros de Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar no Ministério do Desenvolvimento Regional, com maior representatividade na Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano, bem como nos Programas Sociais vinculados a Caixa Econômica Federal.

#### **Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

A variação absoluta aumentativa de R\$ 225.552.918,79 no grupo de *Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo*, representa uma sazonalidade positiva de 100%. Dessa forma, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU foi a responsável pelo acréscimo em

função do registro de valores das operações de crédito internas em contrato.

#### **Nota 15 – Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**

As contas grupo *Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo* apresentaram uma variação absoluta aumentativa de R\$ 1.679.024,40 em decorrência do registro de valores a pagar a credores nacionais decorrentes do fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços. Assim, o acréscimo ocorreu no Ministério do Desenvolvimento Regional em função da transferência de saldos por fusão/cisão e extinção de órgãos, entidades ou UG's.

#### **Nota 16 – Obrigações Fiscais a Longo Prazo**

O grupo *Obrigações Fiscais a Longo Prazo* apresentou um acréscimo em seus saldos de 513% em relação ao exercício de 2018, totalizando R\$ 18.496.739,38 de variação absoluta aumentativa em decorrência do registro de *Passivo Fiscal Diferido* (diferença intertemporais correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica -IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, bem como PIS/PASEP e COFINS) contabilizados na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB.

#### **Nota 17 – Demais Obrigações de Longo Prazo**

As contas grupo *Demais Obrigações a Longo Prazo* apresentaram uma variação absoluta aumentativa de R\$ 43.605.571,19 em decorrência do registro de recursos a título de *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC*, contabilizados na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB e na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

#### **Nota 18 – Resultado Diferido**

O grupo *Resultados Diferidos* apresentou um acréscimo em seus saldos de 100% em relação ao exercício de 2018, totalizando R\$ 1.899.999,25 de variação absoluta aumentativa a qual refere-se ao valor das *Variações Patrimoniais Aumentativas* já recebidas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados futuros.

#### **Nota 19 – Patrimônio Social e Capital Social**

A variação absoluta aumentativa de R\$ 9.039.377.668,78 no grupo de *Patrimônio Social e Capital Social*, representa uma variação positiva de 344%. Assim, o acréscimo no quarto trimestre de 2019 corresponde ao *Capital Social subscrito* das Empresas de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB e Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

#### **Nota 20 – Reserva de Capital**

A conta do grupo *Reserva de Capital* apresentou uma variação absoluta aumentativa de R\$ 2.266.923,14 em função do registro de *Reserva de Capital* referente a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

## Nota 21 – Ajustes de Avaliação Patrimonial

A conta de *Ajustes de Avaliação Patrimonial* apresentou uma variação absoluta aumentativa de R\$ 35.905.204,38 em decorrência do registro das avaliações a valor justo contabilizadas na Empresas de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB.

## Nota 22 – Demais Reservas

As contas *Demais Reservas* apresentaram um acréscimo em seus saldos de 1.278% em relação ao exercício de 2018, totalizando R\$ 2.500.431,90 de variação absoluta aumentativa a qual se refere ao registro dos acréscimos de reserva de reavaliação/reversão de bens imóveis. Desta forma, o maior percentual de aumento foi contabilizado na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

## Nota 23 – Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta de *Ajustes de Exercícios Anteriores* apresentou uma variação negativa de R\$ 326.057.826,33. Logo, o registro de Obras em Andamento na Empresas de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A – TRENSURB foi o lançamento que mais impactou a variação da conta.

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

### Nota 24 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das *Variações Patrimoniais Aumentativas* (VPA) com as *Variações Patrimoniais Diminutivas* (VPD) e é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As VPA'S são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD'S são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Em análise ao demonstrativo abaixo, foi identificado um aumento expressivo das *Variações Patrimoniais Aumentativas* em 2019, como também aumento das *Variações Patrimoniais Diminutivas* para o mesmo período, o que impactou consideravelmente o resultado do trimestre, tendo em vista a fusão dos dois órgãos superiores Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades, os quais se transformaram no novo Órgão Ministério do Desenvolvimento Regional, a partir de 2019.

O Resultado Patrimonial do trimestre apurado em dezembro/2019, após confrontação das *Variações Patrimoniais Aumentativas* com as *Variações Patrimoniais Diminutivas*, foi de R\$ 13,2 bilhões, e espelhou uma redução no percentual de -8,37% em relação ao mesmo período do ano de 2018, o qual está demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 - Análise Variações das VPA'S e VPD'S

	31/12/2019	31/12/2018	AH(%)
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	91.253.915.415	51.802.724.684	76,16
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	510.122.643	34.642.963	1.372,51
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10.811.687.206	10.021.952.434	7,88

Transferências e Delegações Recebidas	64.592.514.096	40.331.038.812	60,16
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	13.227.321.413	797.717.371	1.558,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.112.270.057	617.373.104	242,14
<b>(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>77.971.274.669</b>	<b>37.307.466.192</b>	<b>109,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.934.128.680	811.863.788	138,23
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	592.934.176	572.705.460	3,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.254.887.913	499.115.098	151,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.303.910.969	6.403.056.402	29,69
Transferências e Delegações Concedidas	47.825.899.897	25.409.289.405	88,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. Passivos	13.289.003.265	3.574.344.716	271,79
Tributárias	15.472.511	2.395.045	546,02
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.755.037.258	34.696.278	13.604,75
<b>(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>13.282.640.745</b>	<b>14.495.258.491</b>	<b>-8,37</b>

## Nota 25 – Transferências e Delegações Recebidas

A relevante variação positiva ocorrida dentro das *Variações Patrimoniais Aumentativas* no percentual de 60,16%, se deu principalmente pela fusão dos 2 (dois) órgãos superiores Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional, o que motivou o aumento nas Contas de *Cota Recebida*, *Repasso Recebido*, *Sub-repasso Recebido*, *Transferências Recebidas* para Pagamento de Restos a Pagar, seguidas pela conta *Movimentações de Variação Patrimonial Aumentativa*.

A partir do exercício de 2019, o órgão 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional teve incorporado a ele o órgão superior 56000 – Ministério das Cidades e os órgãos subordinados 29205-Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre/Trensurb, o 29214 – Companhia Brasileira de Trens Urbanos/CBTU, o 44205- Agência Nacional de Águas/ANA e o 56902 – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS.

Este Grupo de Contas representou o percentual de 70,78% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas de 2019.

			R\$ milhoes
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
Transferências Intragovernamentais	64.484.509.871	40.311.435.883	59,97
Transferências Intergovernamentais	25.449.833	16.399.553	55,19
Transferências a Instit. Privadas	258.739	0	0
Outras Transf. e Delegações Recebidas	82.295.653	3.203.375	2.469,03
<b>Total</b>	<b>64.592.514.096</b>	<b>40.331.038.811</b>	<b>60,16</b>

## Nota 26 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O Grupo *Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos* apresentou incremento em percentual de 1.558,15%, em razão dos registros de apropriações de ativos de Adiantamento de TED-Termo de Execução Descentralizada, justificado em decorrência de recursos orçamentários e financeiros não utilizados e dos registros de transferências de recursos financeiros para atender os TED, principalmente das UG's do órgão 53000-Ministério do Desenvolvimento Regional, principalmente nas UG Secretaria Nacional de Defesa Civil, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano e Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, que acumularam no período cerca de R\$ 7,46 bilhões na conta Outros Ganhos com Incorporação de Ativo. Em seguida, a segunda maior variação ocorreu no grupo Ganhos com Desincorporação de Passivos que teve evolução em razão de a CBTU –

Cia Brasileira de Trens Urbanos – ter dado baixa no passivo circulante da dívida com a REFER – Rede Ferroviária de Seguridade, no total de 3.93 bilhões, para posterior contabilização em Contingências, no Passivo Não Circulante.

			R\$ milhões
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ATIVOS E DESINCORP. PASSIVOS	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Reavaliação de Ativos	397.887.098	113.448.850	250,72
Ganhos com Alienação	1.964.605	3.336.327	-41,11
Ganhos com Incorporação De Ativos	8.798.013.028	666.190.567	1.220,65
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.029.456.681	14.741.626	27.233,87
<b>Total</b>	<b>13.227.321.412</b>	<b>797.717.371</b>	<b>1.558,15</b>

## Nota 27 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

O grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras teve incremento no percentual de 7,88%, sendo que a maior variação desse grupo ocorreu na Conta Outros Juros e Encargos de Mora, em virtude de o órgão CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos, ter baixado a dívida de contribuição com a Entidade de Previdência Complementar – REFER, apresentando um aumento de 22.515,24%. A segunda maior variação ocorreu na Conta Remuneração de Aplicações Financeiras, principalmente na UG do FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, seguido das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. A terceira maior variação aumentativa ocorreu na conta Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos, com importe de receitas de operações de créditos e financiamentos concedidos a receber (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

			R\$ milhões
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTA- TIVAS FINANCEIRAS	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANC. CONCEDIDOS	9.810.395.631	9.704.118.442	1,10
JUROS E ENCARGOS DE MORA	361.891.774	1.600.212	22.515,24
VARIações MONETÁRIAS E CAMBIAIS	66.239.833	1.264.994	5.136,37
REMUNERACAO DEPÓSITOS BANCARIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	554.907.658	296.417.912	87,20
OUTRAS VARIações PAT. AUM. FINANC.	18.252.310	18.550.874	-1,61
<b>Total</b>	<b>10.811.687.206</b>	<b>10.021.952.434</b>	<b>7,88</b>

## Nota 28 – Transferências e Delegações Concedidas

A relevante variação percentual de 88,22% apurada nesse grupo de contas foi decorrente dos registros de transferências de saldos devido à fusão/cisão e extinção de órgãos, entidades e unidades gestoras. Maior relevância observada para as transferências intragovernamentais das contas de *Sub-repasse Concedido* e de *Repasse Concedido*, seguida das Contas *Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar*. No grupo de Transferências Inter Governamentais, houve aumento da Conta *Transferências Voluntárias*, decorrente principalmente da adição da UG 175004 CEF– Programas Sociais, mais o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - UG 560018- CEF/FNHIS, que movimentaram a quantia de R\$8.16 bilhões, os quais pertenciam ao Ministério das Cidades no ano de 2018.

Este Grupo de Contas representou o percentual de 61,34% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas de 2019.

R\$ milhões

<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
Transferências Intragovernamentais	36.509.439.160	23.366.157.169	56,25
Transferências Intergovernamentais	11.040.757.354	1.854.741.984	495,27
Transferências ao Exterior	3.844.213		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	271.859.170	188.390.252	44,31
<b>Total</b>	<b>47.825.899.897</b>	<b>25.409.289.405</b>	<b>88,22</b>

## Nota 29 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

Este grupo de contas apresentou uma variação em percentual de 271,79% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A maior variação ocorreu na *Conta Incorporação de Passivos*, com destaque para a UG SNH-Secretaria Nacional de Habitação, a qual transferiu recursos financeiros para CEF/Programa Minha Casa Minha Vida referente integralização de cotas ao FAR-Fundo de Arrendamento Residencial, a qual movimentou o montante de R\$3.42 bilhões. O Grupo de Contas Desincorporação de Ativos teve a segunda maior variação, com destaque para o órgão DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o qual baixou saldos do Imobilizado para incorporação no SPIUnet e baixou despesas de capital não incorporável, que somaram 1.38 bilhões. A terceira maior variação ocorreu no Grupo Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste p/Perdas, que teve registro de 1,20 bilhões, em virtude de provisão como perda a valor recuperável de investimentos da União nos sistemas de transportes ferroviários dos Estados de RJ e SP, pela UG 275068-CBTU-Adm. Central/RJ.

R\$ milhões

<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORP. DE PASSIVOS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
Reavaliação, Red. valor. Rec. Aj. p/Perdas	5.006.465.732	3.311.969.504	51,16
Perdas com Alienação	744		
Perdas Involuntárias	2.714.329	62.006	4.277,54
Incorporação de Passivos	5.835.628.621	5.353	109.016.958,28
Desincorporação de Ativos	2.444.193.839	262.307.853	831,80
<b>Total</b>	<b>13.289.003.265</b>	<b>3.574.344.716</b>	<b>271,79</b>

## Nota 30 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

As maiores variações deste Grupo de Contas, ocorreram na conta Outras VPD Financeiras, observadas nas unidades gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamentos do Norte, do Centro Oeste e do Nordeste referente a despesas administrativas, despesas del credere, remuneração do PRONAF, remuneração de agentes, despesas de prêmios de performance, que acumularam o total de 7,29 bilhões.

Seguidamente, a conta Outros Juros e Encargos de Mora teve maior variação no órgão CBTU, que apropriou despesas de atualização da dívida (correção monetária e juros) junto a REFER-Rede Ferroviária de Seguridade, no total de 843 milhões, acumulados até o 4º trimestre, contudo realizou a baixa dos saldos apropriados da conta 211410302 – Contribuição a Entidades de Previdência Complementar (REFER), em contrapartida com a conta 464010100 – Ganhos com Desincorporação de Passivos, que somaram 3,93 bilhões, para futura contabilização em Contingências - Passivo Não Circulante.

Este Grupo de Contas apresentou incremento no percentual de 29,69% em relação ao mesmo período do ano anterior.

R\$ milhões

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AH (%)</b>
Juros e Encargos Emprést. Financ. Obtidos	10.834.631		
Juros e Encargos de Mora	843.812.061	440.293	191.547,77
Variações Monetárias e Cambiais	136.362.662	21.794.086	525,69
Descontos Financeiros Concedidos	74.836	60.383	23,94
Outras Variações Pat. Diminut. Financeiras	7.312.826.779	6.380.761.640	14,61
<b>Total</b>	<b>8.303.910.969</b>	<b>6.403.056.402</b>	<b>29,69</b>

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### Nota 31 – Receitas Correntes

Destaque para insuficiência de arrecadação com a frustração de 100% das **Receitas Correntes Tributárias (Impostos)**, no Balanço Orçamentário do Órgão Superior/MDR. Impacto visualizado pelo somatório de valores nos seguintes Órgãos: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO. Conforme Mensagem Tesouro nº 2018/1126421 de 30/08/18, essa frustração justifica-se tendo em vista que essas receitas são decorrentes da arrecadação da natureza de receita 11130111 – IRPF, fonte de recursos 01, a qual é realizada na Receita Federal do Brasil, responsável pela gestão e arrecadação dessa receita, no entanto não é a beneficiária desses recursos, os quais são transferidos por meio de Programação Financeira, aos citados Fundos Constitucionais, por intermédio da COFIN/STN, via Ministério do Desenvolvimento Regional, Órgão Superior, no qual consta o registro da Previsão da Receita Atualizada.

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>FRUSTRAÇÃO DA RECEITA</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Impostos	13.137.486.470,00	0,00	100%
<b>Total</b>	<b>13.137.486.470,00</b>	<b>0,00</b>	

Desconsiderando as **Receitas Correntes Tributárias (Impostos)**, as quais não foram registradas no Órgão MDR, conforme explicado no item anterior e as Receitas de Contribuições que não foram previstas/realizadas, o percentual de participação das Receitas Correntes e de Capital realizados em relação às Receitas Prevista é demonstrado pelo quadro abaixo.

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>% REALIZAÇÃO</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	14.280.219.232,00	1.357.495.048,42	9,50
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	901.868.691,00	936.679.347,07	103,86
<b>Total</b>	<b>15.182.087.923,00</b>	<b>2.294.174.395,49</b>	<b>15,11</b>

A realização de receitas representou 15,11% do total das Receitas previstas atingindo cerca de 2,29 bilhões. Desse montante realizado, 59% diz respeito a Receitas Correntes e 40% são referentes a Receitas de Capital. Percentuais considerados compatíveis com a programação de realização para o quarto trimestre acumulado do ano.

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>% REALIZAÇÃO</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	1.357.495.048,42	59
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	936.679.347,07	41
<b>Total</b>	<b>2.294.174.395,49</b>	<b>100</b>

Em análise realizada de forma detalhada na realização de receitas, ficou evidenciado que houve insuficiência na previsão de Receita Corrente, caracterizando frustração da previsão da receita, nos seguintes grupos/contas e percentuais demonstrados abaixo:

	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	FRUSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita Patrimonial – Valores Mobiliários	373.850.624,00	542.248.841,32	31,06%
Receita Industrial	3.708,00	4.113,00	9,85%
Receita de Serviços – Navegação de Transporte	342.974.569,00	375.687.911,96	8,71%
Receita de Serviços – Serviços e ativ. Financeiras	112.142.008,00	115.814.581,65	3,17%
Outras Rec. Correntes – Multas Adm. Contr. Judic.	806.250,00	1.941.701,84	58,48%
Outras Rec. Correntes – Indeniz. Restit. Ressarc.	1.812.773,00	18.962.875,24	90,44%
Outras Rec. Correntes – Demais Receitas Correntes	18.149,00	1.491.168,12	98,78%
<b>Total</b>	<b>831.608.081,00</b>	<b>1.056.151.193,13</b>	

**Receitas de Valores Mobiliários** – conforme tabela abaixo, houve menor previsão de receitas nos órgãos (TRESNSURB, CBTU, MDR, SUDAM, SUDENE, FNHIS) e não houve previsão de receitas na SUDECO. Destaque para os valores de receitas realizados nos Órgãos: SUDAN; SUDENE e SUDECO pelo volume de recursos movimentados, praticamente, nos Fundos Constitucionais (FDNE, FDA e FDCO), sendo relevante esse parâmetro para análise e não por percentuais da receita frustrada. Conforme escrituração contábil nos documentos dos citados Órgãos, a realização de receitas se deram pelos seguintes registros: (Rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única; rendimentos de aplicações financeiras mercado; registros INTRA SIAFI de retorno de 2% dos Fundos regionais aos seus Órgãos; Serviços de Consultoria Técnica Análise de projetos; liberação de recursos dos Fundos para pagamento a empresas).

ÓRGÃOS	A PREVISÃO ATULIZADA	B RECEITA RE- ALIZADAS	C = A - B FRUSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA	% FRUSTRA- ÇÃO DA PRE- VISÃO DA RE- CEITA
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	5.607.921,00	15.543.913,45	9.935.992,45	63,92%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	1.008.371,00	1.806.672,93	798.301,93	44,19%
Ministério do Desenvolvimento Regional	2.656.370,00	6.657.959,78	4.001.589,78	60,10%
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.	91.672.658,00	148.132.342,76	56.459.684,76	38,11%
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	136.190.500,00	207.133.793,56	70.943.293,56	34,24%
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	-	21.939.778,44		100%
Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social	130.751.317,00	134.288.443,53	3.537.126,53	2,63%
<b>TOTAL</b>	<b>367.887.137,00</b>	<b>535.502.904,45</b>	<b>145.675.989,01</b>	

**Receita Industrial** – Identificada previsão menor que arrecadação referente a Receita registrada no Departamento Nacional de Obras contra a Seca, cuja realização se relaciona a Receita Industrial gráfica.

**Receita de Serviços de Navegação e Transporte** – Receitas realizada a menor do que a previsão na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre e na Companhia Brasileira de Trens Urbanos referentes aos Serviços de Transporte Ferroviário.

**Receita de Serviços de Atividade Financeira** – Na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste houve frustração na previsão da receita e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia não houve realização da receita. Na SUDECO o efeito na frustração ocorreu em virtude de falta de previsão de receita financeira para o Fundo de



Desenvolvimento do Centro-Oeste para suportar a realização de receitas de multa e juros de amortização de financiamentos e multa e juros de retorno de operações financeiras.

**Receitas de Serviços (outros serviços)** - Notado que na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, não houve registro da previsão inicial dessa receita, motivo pelo qual se consolidou a frustração da receita em 100%. O valor da receita realizada não foi expressivo sendo na ordem de R\$ 23,4 mil. Conforme denominação das receitas na Secretaria de Orçamento e escrituração contábil constante nos documentos de registros no SIAFI, os valores se referem a *Outros Serviços-Principal (registro de segundas vias SIM estações)*.

**Outras Receitas Correntes** - houve incremento expressivo na frustração da receita neste grupo, na ordem de 19,8 milhões, considerando o total das receitas previstas menos as receitas realizadas, com as seguintes nomenclaturas: (**Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais**), (**Indenizações, Restituições e Ressarcimentos**) e (**Demais Receitas Correntes**).

Nos registros de **Multas Adm., Contratuais e Judiciais** - A insuficiência na previsão de receitas desse grupo, se deu mais expressivamente pela baixa estimativa de previsão de receitas na TRENURB – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A; na ANA - Agência Nacional de Águas; e pela falta de previsão de receitas na SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e na SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Conforme denominação das receitas na Secretaria de Orçamento e escrituração contábil constante nos documentos realizados pelos Órgãos no SIAFI, assim as receitas foram identificadas: TRENURB (multas, juros e glosas sobre notas fiscais prevista em contrato); ANA (receitas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos pra geração de energia elétrica por parte de outras empresas); SUDAM (multas e juros aplicados a empresas); SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, incremento ocasionado pelo FDNE (outras restituições juros e multas, e restituição de contribuições previdenciárias complementares – FUNPRESP).

Nas **Indenizações, Restituições e Ressarcimentos**, houve impacto relevante na ordem de 17,1 milhões, na frustração de previsão dessa receita. A motivação se deu, basicamente, porque não houve previsão inicial da receita nos seguintes Órgãos: TRENURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A; ANA - Agência Nacional de Águas, MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Observou-se, também, realização de receitas superiores à previsão atualizada da receita, nos Órgãos: CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos-Adm. Central; e SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Conforme denominação das receitas definidas pela Secretaria de Orçamento, e, escrituração contábil constante nos documentos realizados pelos Órgãos no SIAFI, assim as receitas foram identificadas: TRENURB (*recuperação de despesas de exercícios anteriores e canceladas no exercício corrente*); ANA (*recuperação de despesas de exercícios anteriores fonte vinculada*); MDR (*recolhimento do Programa Interáguas-TAL N.8074-BR/BIRD*); SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (*outros ressarcimentos*); CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (*remuneração de depósitos bancários, rendimentos de aplicações de recursos da Conta Única, multas e juros de mora de serviços administrativos, serviços de fornecimento de água e receita de energia elétrica*); CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos (*serviços de transporte ferroviário, aluguéis, arrecadação do Sistema elétrico centro-GRE, recuperação de despesas de exercícios anteriores e outras restituições*); SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (impacto observado no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste nas receitas de *outras restituições* referentes a *ressarcimentos* à SUDENE e de *recursos glosados pelo BNB* em virtude da atualização da taxa SELIC);

No grupo de ***Demais Receitas Correntes*** – a frustração da receita nesse grupo se deu pela falta de previsão de receita nos Órgãos: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

### Nota 32 – Receitas de Capital

No tocante às Receitas de Capital, *previstas x realizadas*, ficou evidenciado que houve insuficiência na previsão de Receita de Capital nas *Alienações de Bens*, caracterizando frustração da previsão dessas receitas, conforme percentual demonstrado abaixo:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	FRUSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
<i>Alienação de Bens Imóveis</i>	7.458.524,00	14.679.123,38	49,19%
<b>Total</b>	<b>7.458.524,00</b>	<b>14.679.123,38</b>	

Constatado que, no trimestre acumulado, houve frustração da Previsão de receita no percentual de 49,19%. Impacto relevante nos valores de receita arrecadada na CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, na ordem de R\$ 12,8 Milhões, tendo em vista *Alienação de Imóveis Rurais*.

Destaque para não realização de 100% nas Receitas de Capital de ***Operações de Crédito – Mercado Externo***, caracterizando insuficiência arrecadação de Receita no percentual de 100%, evidenciado no Balanço Orçamentário do Órgão Superior registrado somente na Setorial Orçamentária e Financeira do Órgão.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	FRUSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA RECEITA
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
<i>Operações de Crédito – Mercado Externo</i>	4.500.000,00	0,00	100%
<b>Total</b>	<b>4.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	

### Nota 33 – Despesas Correntes

A ***Dotação Atualizada*** do MDR para as Despesas Orçamentárias atingiu cerca de R\$ 33,8 bilhões disponibilizada pela Secretaria de Orçamento Federal devidamente registrada no SIAFI.

Para as ***Despesas Correntes*** foi reservado o percentual de 17,7%, cerca de R\$ 6 bilhões. Desse montante foram empenhados 84%, o que correspondeu a R\$ 5 bilhões executados.

A tabela abaixo demonstra as despesas executadas/empenhadas conforme rubricas: *Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes*, nos seguintes percentuais:

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	% ORÇAMENTO EXECUTADO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>			
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	2.590.552.589,00	2.452.871.179,16	95
<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	12.107.133,00	11.583.821,00	96
<i>Outras Despesas Correntes</i>	3.408.597.755,00	2.615.643.052,98	77
<b>Total</b>	<b>6.011.257.477,00</b>	<b>5.080.098.053,14</b>	

Nas **Despesas de Pessoal e Encargos Sociais**, observada maior execução sequenciada decrescente nos Órgãos: CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos (32%); DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas (29%); CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (19%); TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (7%). O somatório das despesas empenhadas nos citados Órgãos, equivaleu a 88% do total executado, na rubrica **Pessoal e Encargos Sociais**, em nível de Órgão Superior. Desembolso justificado nas despesas com salários, encargos patronais, benefícios previdenciários/assistenciais e pensões pagos a empregados e servidores.

As despesas de **Juros e Encargos da Dívida** ocorreram em sua totalidade na CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Da dotação de 12,1 milhões, foram empenhados o cerca de R\$ 11,6 milhões. Conforme escrituração contábil nos documentos de registro no SIAFI, essa despesa se refere a implantação de passivo para viabilizar pagamento da dívida DMLP.

Na rubrica **Outras Despesas Correntes**, maior execução sequenciada decrescente constada nos Órgãos: MDR (59%); CBTU (16%); ANA (10%); CODEVASF (6%); TRENSURB (4%). O somatório das despesas empenhadas nos citados Órgãos, equivaleu a 95% do total executado, na citada rubrica em nível de Órgão Superior. Maior relevância de execução observado no próprio MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional, impulsionadas pelas execuções nas UG's da Secretaria Nacional de Habitação, nas Ug's da Caixa Econômica Federal-Programa Nacional de Habitação Urbana e no Programa Nacional de Habitação Rural.

#### Nota 34 – Despesas de Capital

Da **Dotação Atualizada** do Órgão, cerca de R\$ 34 bilhões, foram reservados para as **Despesas de Capital** o montante de 27,7 bilhões. Desse montante, grande relevância para as despesas empenhadas nas rubricas **Investimentos e Inversões Financeiras**, as quais representaram 66% da dotação atualizada de capital, equivalente a 18 bilhões, nos percentuais de execução demonstrados a seguir.

A tabela abaixo demonstra percentuais das despesas executadas/empenhadas por rubrica.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	ORÇAMENTO EXECUTADO %
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
<i>Investimentos</i>	9.408.593.370,00	9.090.513.430,46	96%
<i>Inversões Financeiras</i>	18.363.977.922,00	18.352.242.176,00	99%
<b>Total</b>	<b>23.660.364.468,00</b>	<b>18.821.712.220,10</b>	

As despesas realizadas com **Investimentos** atingiram o montante de R\$ 9 bilhões, correspondendo a 96% da **Dotação Atualizada** na rubrica. Desse montante, grande parte das referidas despesas foram identificadas de forma decrescente de valores, em percentual sobre a despesa empenha total, nos seguintes Órgãos: MDR (79%); CODEVASF (18%); DNOCS (19%), SUDAM (4%) e SUDECO (2%). Destaque para execução da despesa no MDR, tendo em vista relevância nos investimentos realizados pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica e Programas Sociais executados pela Caixa Econômica Federal.

As despesas com **Inversões financeiras** lideraram as **Despesas de Capital empenhadas**, alcançaram o montante de R\$ 18,3 bilhões da dotação atualizada de Capital, o equivalente a 99% do total da citada dotação. Essas despesas foram identificadas, a valores crescentes, basicamente, nos seguintes Órgãos a saber: Fundo Constitucional de Financiamento do

Nordeste (R\$ 8,2 bilhões); no próprio Ministério do Desenvolvimento Regional (3,4 bilhões); Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (2,7 bilhões) e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (2,7 bilhões).

Os registros contábeis das despesas empenhadas a título de **Inversões Financeiras** realizados nos Fundos Constitucionais, apontaram para grande volume de recebimento de recursos, na ordem de R\$ 13,6 bilhões, os quais foram executados e repassados aos seus respectivos agentes financeiros (bancos), visando a realização de financiamentos concedidos, objeto das atividades fins dos citados Fundos.

No MDR, tomado por base a escrituração contábil dos documentos registrados no SIAFI, as despesas realizadas na rubrica de **Inversões Financeiras** se deram em sua totalidade na Secretaria Nacional de Habitação, cerca de R\$ 3,4 bilhões. Em sua grande maioria, em virtude das movimentações de recursos para a Caixa Econômica Federal, endereçadas ao Fundo de Desenvolvimento Social e ao Fundo de Arrendamento Residencial nos termos da Lei 11.977/2009.

### **Nota 35 - Reserva de Contingência**

Constituída Reserva de Contingência somente no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. A redução se deu na ordem de R\$ 108,2 mil, conforme documento laçado fita SOF em registro de processo automático.

### **Nota 36 – Despesas de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados**

A liquidação de **Restos a Pagar Processados e não Processados**, atingiu o montante de R\$ 2,1 bilhões, somado os Restos a Pagar inscritos em 2018 e inscritos em exercícios anteriores. Em termos percentuais, 58% são referentes aos valores de exercícios anteriores e 42% para os inscritos em 31 de dezembro de 2018. Desse montante, 90% refere-se aos RPPNP de **Despesas de Capital** e 10% de **Despesas Correntes**.

Observado baixo percentual de pagamento dos citados RPP e RPNP, na ordem de 26% do montante inscritos acumulado, considerando as **Despesas Correntes** e as **Despesas de Capital**. Quanto aos cancelamentos executados foi da ordem de 7%, também considerando as **Despesas Correntes** e as **Despesas de Capital**.

### **Nota 37 – Despesas de Restos a Pagar não Processados Liquidados**

A liquidação de **Restos a Pagar não Processados**, atingiu o montante de R\$ 21,7 bilhões, somado os Restos a Pagar inscritos em 2018 e inscritos em exercícios anteriores. Em termos percentuais, 67% são referentes aos valores de exercícios anteriores e 33% para os inscritos em 31 de dezembro de 2018. Desse montante, 96% refere-se aos RPNP de **Despesas de Capital** e 4% de **Despesas Correntes**.

Observado baixo percentual de pagamento dos citados RPNP, na ordem de 25% do montante inscritos acumulado, considerando as **Despesas Correntes** e as **Despesas de Capital**. Quanto aos cancelamentos executados foi da ordem de 16%, também considerando as **Despesas Correntes** e as **Despesas de Capital**.

## BALANÇO FINANCEIRO

### Nota 38 - Resultado Financeiro do Quarto Trimestre

			R\$ milhões
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Receita Orçamentária	2.294.174.395	1.271.649.348	80,41
Despesa Orçamentária	-32.522.853.660	-19.111.107.248	70,18
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>= -30.228.679.264</b>	<b>-17.839.457.900</b>	<b>69,45</b>
Transferências Financeiras Recebidas	63.766.144.813	40.289.933.274	58,27
Transferências Financeiras Concedidas	-35.356.240.119	-22.911.086.224	54,32
<b>Resultado das Transferências Financeiras</b>	<b>= 28.409.904.694</b>	<b>17.378.847.050</b>	<b>63,47</b>
Recebimentos Extraorçamentários	16.889.594.173	12.082.014.278	39,79
Pagamentos Extraorçamentários	-14.497.743.710	-9.194.840.068	57,67
<b>Resultado da Movimentação Extraordinária</b>	<b>= 2.391.850.462</b>	<b>2.887.174.210</b>	<b>-17,16</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>573.075.892</b>	<b>2.426.563.360</b>	<b>-76,38</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Comparando o terceiro trimestre do exercício anterior com o exercício atual, apurou-se resultado financeiro positivo no montante de R\$ 573 milhões, e apresentou variação negativa de 76,38% em relação ao mesmo período em 2018, que foi positivo em R\$ 2,4 bilhões. Essa redução está justificada pela proporção maior de aumento dos *Desembolsos* em relação ao *Ingressos*. Vide **Nota 28 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa**

### Nota 39 – Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário apresentou variação percentual positiva de 69,45%. Conforme a apuração detalhada. Houve uma variação líquida positiva na Receita Orçamentária, no percentual de 80,41% em relação à 2018, proveniente de variações aumentativas que ocorreram com maior expressividade no Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO, em virtude do aumento de recebimento de receitas de Amortização de Projetos, bem como no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS o qual apresentou um acréscimos de 142% em sua Receita Realizada proveniente de Rendimentos de Aplicações de Recursos.

A fusão dos Ministérios das Cidades e Integração Nacional e vinculação da Agência Nacional de Águas no MDR, também promoveram um aumento de arrecadações referente à Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre/TRENSURB, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos/CBTU, e à Agência Nacional de Águas/ANA, referente as suas receitas próprias.

As Despesas Orçamentárias tiveram um aumento de 70,18 % entre os exercícios. Foi observado que a quase totalidade dessa variação ocorreu em virtude dos registros, em 2019, das despesas de Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A-TRENSURB, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos/CBTU e da Agência Nacional de Águas/ANA, absorvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Foi observado também uma redução de 96,5% nos dispêndios de Operações de Crédito, registrada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos/CBTU.

#### **Nota 40 – Resultado das Transferências Financeiras**

O Resultado das Transferências Financeiras foi positivo em 63,47%. No quarto trimestre de 2019, as contas do grupo *Transferências Financeiras Recebidas*, apresentaram um acréscimo de 58,27% em relação ao quarto trimestre de 2018. A maior variação, de 203,77%, foi de Execução Orçamentária em Sub-repasse Recebido, relativo aos valores recebidos da Setorial Financeira do Ministério pelas Unidades Gestoras do MDR. Foi observado maior recebimento pela Secretaria Nacional de Habitação. Outra significativa variação, de 54,52%, ocorreu independente da Execução Orçamentária, em Movimentação de Saldos Patrimoniais, com mais relevância no Fundos de Desenvolvimento do Nordeste/FNDE e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO, por registro de Amortização de Projetos com reflexo no Tesouro Nacional.

Nas contas do grupo *Transferências Financeiras Concedidas*, houve uma variação positiva de 54,32% em relação ao quarto trimestre de 2018. As maiores variações aumentativas decorreram de Sub-repasse concedido e Movimento de Saldos Patrimoniais. No grupo de Sub-repasse Concedidos houve aumento de liberação pela Setorial Financeira do Ministério do Desenvolvimento Regional para a novas Unidades Gestoras absorvidas do antigo Ministério das Cidades e nos Movimentos de Saldos Patrimoniais ocorreram aumento de recolhimento na Administração Direta do MDR, para o Tesouro Nacional, de devolução de convênios, e ocorreu também aumento de registros decorrentes de Amortização de Projetos, no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO com reflexos no Tesouro Nacional.

#### **Nota 41 – Resultado da Movimentação Extraorçamentária**

Houve variação negativa no percentual de 17,16%, identificada no resultado das movimentações Extraorçamentárias. Nos Recebimentos Extraorçamentários, apresentou uma variação positiva de 39,79% em relação ao quarto trimestre de 2018. O grupo *Outros Recebimentos Extraorçamentários* apresentou uma redução de 79,15% no saldo contabilizado em *Demais Recebimentos Extraordinários*, com maior relevância no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FDNE, especialmente em virtude de redução do estoque de disponibilidade extraorçamentária ocasionado pela menor proporção dos retornos dos financiamentos em relação às despesas com as operações de financiamento.

Os Pagamentos Extraorçamentários, apontaram uma variação positiva de 57,67% comparando com o mesmo quarto de 2018. O acréscimo foi em função de registros na conta de *Pagamento dos Restos a Pagar Processados* onde ocorreu com maior relevância na Administração Direta do Ministério, com maior impacto na Secretaria Nacional de Segurança Hídrica/SNSH e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF. O grupo de contas: Pagamentos Extraorçamentários também apresentou elevação nos saldos da conta de *Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores*, contabilizados na Caixa Econômica Federal – Programas Sociais, relativos a restituição de valores recolhidos a maior ou indevidamente pendente de finalização.

### **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

#### **Nota 42 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa**

**Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação.**

	R\$ milhoes			
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	Variação Absoluta
Atividades Operacionais	18.990.813.210	15.973.927.083	18,89	3.016.886.127
Atividades de Investimentos	-18.417.737.318	-13.547.363.723	35,95	-4.870.373.595
Atividades de Financiamento	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>573.075.892</b>	<b>2.426.563.360</b>	<b>-76,38</b>	<b>-1.853.487.468</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Considerado os saldos iniciais e finais dos Ingressos das *Atividades Operacionais*, de Investimento e Financiamento, comparado com os saldos dos *Desembolsos Operacionais*, de *Investimentos* e *Financiamentos*, apurou-se o montante de R\$ 573.075.892 milhões de Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa em 2019, representando uma variação negativa de 76,38% em relação ao exercício de 2018. Essa redução está justificada por um resultado negativo das Atividades de Investimento superior ao resultado positivo das Atividades Operacionais.

### Nota 43 – Atividades Operacionais

As Atividades Operacionais permaneceram constantes e apresentaram uma variação positiva de 18,89%. Assim sendo, ocorreram aumentos nos *Desembolsos no grupo de Pessoal e Demais Despesas*, provocado pelos registros da TRENURB, CBTU e ANA e na Administração Direta pelas Unidades Gestoras do antigo Ministério das Cidades. Verificou-se também aumento de desembolsos no ítem de *Urbanismos*, contabilizados com maior percentual na TRENURB e CBTU. Em Gestão Ambiental houve acréscimos de desembolsos na Agência ANA. Quanto a alínea de Encargos Especiais verificou-se incrementos de desembolsos na Administração Direta do MDR nos Programa Nacional de Habitação Urbana e Rural e na TRENURB.

Por fim, as *Transferências Financeiras Concedidas* apresentaram maior desembolsos, com participação maior na Administração Direta do MDR, Setorial Financeira do Órgão, em virtude de aumento de Repasse Concedido por ocasião da fusão dos Ministérios.

### Nota 44 – Atividades de Investimento

As *Atividades de Investimento* apresentaram uma variação a maior de 35,95%, mas teve aumento de desembolsos em percentual muito superior aos ingressos. A maior variação ocorre em Outros Desembolsos de Investimentos, especialmente na Administração Direta, na Secretaria Nacional de Habitação, oriunda o antigo Ministério das Cidades, derivadas de registros de integralização de contas ao fundo de arrendamento residencial.

### Nota 45 – Atividades de Financiamento

*Atividades de Financiamento* não realizadas conforme demonstrativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Nota 46 – Ajustes de Exercício Anterior

Nos ajustes de *Exercícios Anteriores*, cerca de R\$ 44 milhões, foram evidenciados na conta de *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital*, registrados na CODEVASF e na TRENSURB, nos percentuais, 37% e 62%, respectivamente.

A TRENSURB fez um lançamento de R\$ 77.277.403,82 em Ajuste de Exercícios Anteriores – INTRA OFSS, em contrapartida com a conta de Obras em Andamento, para fins de conciliação com o Balanço Societário, com a justificativa da Empresa de que o grupo imobilizado em andamento apresentava contratos já encerrados e/ou bens já em operação que não foram transferidos tempestivamente para o imobilizado definitivo, equivalentes a valores de despesa de serviços e depreciação do exercício de 2018.

#### **Nota 47 – Aumento/Redução de Capital**

Houve registros de aumento de capital na conta de *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital-AFAC*, no montante de R\$ 98,9 milhões. Lançamentos realizados nos Órgãos CODEVASF e CBTU. Na CODEVASF o aumento foi resultado dos recebimentos de financeiro da Setorial Financeira de Órgão Superior relativos à AFAC. Na CBTU pela transferência de recursos do AFAC (do Passivo Circulante para o patrimônio Líquido) os quais ingressaram na empresa após a citada empresa tornar-se empresa Pública

#### **Nota 48 – Resultado do Exercício**

O resultado do quarto trimestre do corrente exercício no montante de 13,2 bilhões, foi obtido pela diferença entre as *Variações Patrimoniais Aumentativas* e as *Variações Patrimoniais Diminutivas*, no entanto, fazendo a comparação entre o exercício atual e o exercício anterior, apresentou redução de R\$ 1,2 bilhões. Nas VPA's, destaque para as *Variações Financeiras* no montante de R\$ 10,8 bilhões, objeto de Juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos pelos Fundos Constitucionais. Ficou evidenciado também que, tanto nas *Variações Patrimoniais Aumentativas*, quanto nas *Diminutivas*, houve maior impacto em *Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas*, relativas Cota/Repasse/Sub-repasse e *Transferências recebidas/concedidas* para pagamento de Restos a Pagar. Esses valores foram ampliados em virtude da incorporação de Órgãos Vinculados e Unidades Gestoras, provenientes da Fusão do Ministério das Cidades com o Ministério da Integração Nacional, e da incorporação da Agência Nacional de Água, o que deu origem ao Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR.

Brasília-DF, 30 de abril de 2020

**Rômulo de Sousa Monteiro**  
Contador Responsável  
CRC nº 016582/O